



**SINDICATO NACIONAL E DEMOCRÁTICO
DOS PROFESSORES**

Rua Domingos Sequeira, Nº 66, 4º - Esq
1350-122 LISBOA
Telef. 21 393 10 10 - Fax 21 393 10 11
e-mail: sindep@netcabo.pt

Ao Ministério da Educação
Ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior
Ao Ministério da Saúde
Ao Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social
Ao Ministério da Defesa Nacional
Ao Ministério da Justiça
Ao Ministério da Agricultura, Desenvolvimento Rural e das Pescas
Ao Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional
A todos os órgãos e serviços da Administração Pública
Aos Institutos Públicos de Autonomia
À Associação de Estabelecimentos de Ensino Particular e Cooperativo
À Associação Portuguesa do Ensino Superior Privado
À Associação dos Colégios com Contrato de Associação
À Associação Nacional de Ensino Profissional
À Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade
À União das Misericórdias Portuguesas
À Secretaria Regional de Educação e Ciência da Região Autónoma dos Açores
À Secretaria Regional dos Assuntos Sociais da Região Autónoma dos Açores
À Secretaria Regional de Educação da Região Autónoma da Madeira
A todas as entidades interessadas

PRÉ-AVISO DE GREVE

PROFESSORES EXIGEM RESPEITO!

Nos termos da Lei faz-se o Pré-Aviso de Greve para o dia 18 de Novembro de 2005, abrangendo todos os Docentes de todos os graus de ensino e com base nos seguintes fundamentos:

Sobre os professores e educadores portugueses tem-se abatido um fortíssimo ataque que pretende atingir aspectos essenciais da sua profissionalidade e liquidar direitos fundamentais inscritos no seu estatuto de carreira. Junta-se a este ataque uma ignóbil campanha junto da opinião pública com o intuito de denegrir a imagem dos docentes perante a sociedade e, dessa forma, serem criadas condições políticas e sociais favoráveis à ofensiva em curso.

O SINDEP rejeita o descrédito público que o Governo vem divulgando sobre o exercício da função docente, pondo em causa um bom exercício da actividade dos Professores e Educadores e o factor educativo dentro das Escolas.

Não está só em causa a ilegalidade da não contagem do tempo de serviço e do agravamento das regras de aposentação, mas também o perfil profissional dos

docentes, posto em causa por medidas ilegítimas e/ou ilegais tomadas pelo poder político, as quais atingem tal gravidade que ameaçam tomar irreversível, o abastardamento da profissão docente.

Esta situação, só por si muito negativa, é agravada pelo facto de o Governo e o Ministério de Educação actuarem de forma prepotente e arrogante, à margem de quaisquer regras de negociação efectiva. Admitem apenas, e só em relação a algumas matérias, pequenos reparos e acertos técnicos depois de, em primeiro lugar, as ter divulgado à comunicação social, porventura com o propósito, eticamente reprovável, de tomar as suas medidas como que definitivas, num cínico atentado ao mais elementar direito à negociação

Rejeitamos essa prepotência traduzida na produção legislativa que põe em risco o acto pedagógico e educativo e a condição de corpo especial dos Professores e Educadores e das suas carreiras.

Também com actuação negativa e à margem da negociação se tem mantido o Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior.

Num quadro de crescente precariedade das relações contratuais no ensino superior, de reduções reais dos orçamentos das instituições, em que se sucedem os despedimentos e as rescisões contratuais, os docentes do sector público continuam a ver negado o direito constitucional ao subsídio de desemprego.

O silêncio cúmplice do MCTES tem contribuído objectivamente para deteriorar a situação sócio-profissional dos docentes do ensino superior.

É neste contexto e com o objectivo de inverter a situação e de exigir respeito pelos professores e educadores que o SINDEP (FENPROF/FNE) convoca uma Greve Nacional dos Professores e Educadores para o dia 18 de Novembro de 2005, entre as zero e as vinte e quatro horas.

Os professores e educadores portugueses exigem a suspensão do Despacho 17387/2005, de 12 de Agosto, e a negociação de profundas correcções ao mesmo, bem como exigem que sejam respeitados os professores e educadores na aplicação do Despacho 16795/2005, de 3 de Agosto, não lhes cabendo assegurar a realização dos designados prolongamentos de horário. Estes despachos, assentes numa lógica que valoriza a escola como lugar de guarda e não como espaço predominantemente pedagógico, estão a provocar situações de grande instabilidade no funcionamento dos estabelecimentos e de grande descontentamento na classe docente, provocando fortes tensões dentro da escola que não contribuem para que esta cumpra a sua função principal num clima de serenidade que é indispensável à promoção da qualidade.

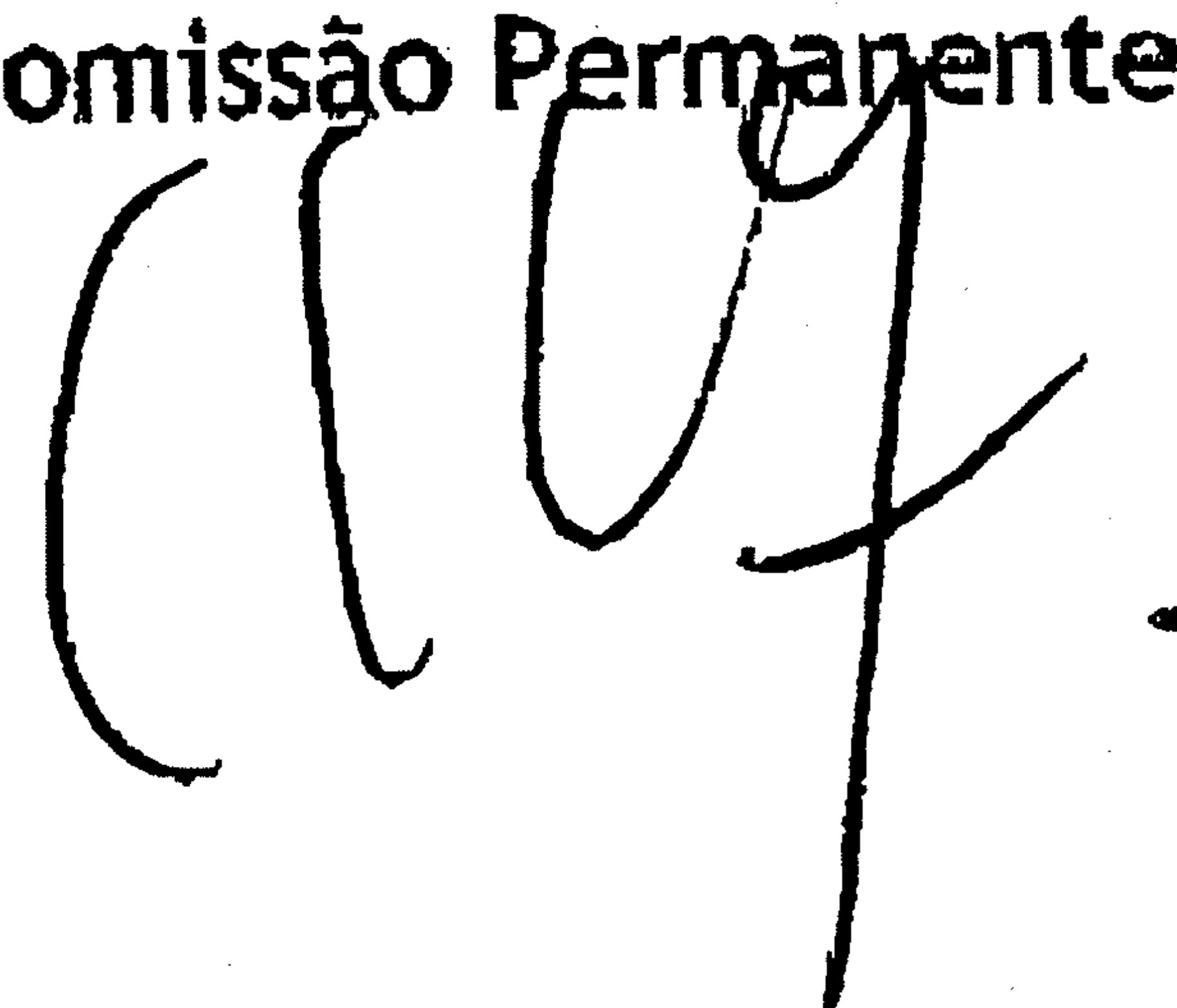
Os professores e educadores portugueses exigem ainda a contagem integral do seu tempo de serviço, opõem-se ao agravamento dos requisitos exigidos para a aposentação e contestam a liquidação de direitos sociais e profissionais plenamente justificados pelo exercício de uma profissão muito desgastante, quer física quer psicologicamente.

Por fim, exigem do Governo da República e das Regiões Autónomas, assim como do Ministério da Educação e das Secretarias Regionais de Educação, respeito pelas regras democráticas de diálogo e negociação com as organizações sindicais e respeito pelas normas consagradas na Convenção da OIT que têm sido profundamente desrespeitadas apesar de subscritas pelo Estado Português.

No dia 18 de Novembro realizar-se-á, também, uma Manifestação Nacional de Professores e Educadores com o objectivo de dar uma expressão ainda mais visível ao profundo descontentamento que afecta os docentes.

Lisboa, 2 de Novembro de 2005

Pela Direcção do SINDEP
A Comissão Permanente

A handwritten signature in black ink, appearing to be 'C. C. C.', written over the typed text of the signature line.